

A Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância de 2009 e o Brasil

The 2009 Durban Review Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance and Brazil

BRUNA VIEIRA DE PAULA*

Meridiano 47 n. 114, jan. 2010 [p. 48 a 50]

Ao se fazer um balanço do multilateralismo na área dos direitos humanos em 2009, pode-se chegar à conclusão que o principal evento foi a Conferência de Revisão de Durban contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância, realizada em Genebra de 20 a 24 de abril, com o objetivo de revisar a Declaração de o Plano de Ação de Durban de 2001 (DDPA). As negociações preparatórias para a Conferência foram difíceis e enfrentaram vários entraves, e o Brasil e o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) tiveram papel relevante nas negociações, para o sucesso da Conferência.

Poucos dias após o final da Conferência de Durban em 2001, cujas negociações já haviam sido conturbadas, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 mudaram dramaticamente o clima que envolvia a implementação do DDPA no mundo. Maiores preocupações com segurança acarretaram a introdução, em muitos países, de medidas e práticas excessivas, que prejudicaram a proteção e a promoção dos direitos humanos. Essas medidas tiveram impacto negativo sobre as vítimas de racismo e discriminação e aumentaram a incidência de violações. Nesse contexto, vários impasses permearam as negociações da Conferência de Revisão de Durban, dentre os quais, alguns se destacaram.

Como ocorrido em Durban em 2001, dois temas bloquearam as negociações. O primeiro consistiu nas reparações pelo tráfico transatlântico de

escravos, consideradas insatisfatoriamente resolvidas em Durban pelo Grupo Africano. O segundo era a situação da Palestina e a questão do Holocausto, que opunha, sobretudo, a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a União Européia (UE). Canadá, Israel e Estados Unidos já haviam anunciado que não participariam do processo de revisão, em razão das divergências havidas na Conferência Mundial em 2001 com relação ao tema do Oriente Médio.

Outro tema sensível era a difamação de religiões, que se tornou uma das principais bandeiras dos países islâmicos no processo preparatório para a Conferência. O assunto começou a ganhar força dentre os países da OIC após os ataques de 11 de setembro, tendo em vista a discriminação e os estereótipos de que os muçulmanos começaram a ser vítimas, e depois com a publicação das caricaturas de Maomé na Dinamarca. Foi, no entanto, alvo de forte resistência pelos países europeus, que argumentaram nas discussões que o conceito de difamação de religiões, que não possui base jurídica internacional em razão de ser o indivíduo sujeito de direitos humanos e não a religião, pode violar a liberdade de expressão.

O tema da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, importante para a UE e vários países do GRULAC, incluindo o Brasil, foi outro polêmico nas negociações. Isso contribuiu para o bloqueio das negociações, em razão da oposição veemente que a OIC e vários países africanos fizeram ao tema.

* Diplomata e mestranda em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBR-MRE). Este artigo não reflete posições ou opiniões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (brunaddh@gmail.com).

Assim, as negociações não avançavam tanto quanto previsto. Além disso, como em 2001, havia boatos sobre a retirada de delegações européias. O elevado grau de sensibilidade política dos temas exigia dos Estados que o seu tratamento se baseasse em parâmetros flexíveis e realistas. Neste contexto, o Brasil e o GRULAC desempenharam papel relevante, tendo atuado como mediador na busca de consensos, a fim de garantir a manutenção dos conceitos e avanços conquistados em 2001 e de impedir retrocessos.

Com vistas a salvar uma conferência que muitos previam fracassaria, ocorreram intensas consultas em Genebra, geridas por países chave no processo de negociação, dentre eles o Brasil. Além disso, realizaram-se gestões pessoais do Conselheiro Yuri Boichenko, diplomata russo presidente do grupo de trabalho encarregado de negociar o documento final, e da Alta Comissária para os Direitos Humanos Navanethem Pillay, que lançou equilibrado documento de contribuição para o processo de revisão de Durban a fim de negociar linguagem consensual que permitisse um documento aceitável por todos.

Como conseqüência, as delegações começaram a adotar posturas mais construtivas e flexíveis. Isso permitiu a produção de nova versão da proposta de documento final, mais reduzida e em que os temas contenciosos haviam sido equacionados, que foi acordada em Genebra pelos países ainda na semana anterior ao início da Conferência.

No entanto, o ambiente da Conferência não foi de tranqüilidade. Já no dia 20 de abril, durante a abertura, o Presidente do Irã Mahmoud Ahmadinejad, realizou discurso que criticava fortemente Israel, o que levou a que delegados europeus se levantassem e se retirassem da plenária. O discurso do presidente iraniano foi bastante criticado internacionalmente, inclusive pelo Itamaraty.

O Brasil, assim como várias das delegações presentes na Conferência, criticaram também os países que se retiraram da plenária, assim como os países que se recusaram a participar da Conferência de Revisão de Durban, usando, de modo geral, a justificativa de que o documento final reafirmava o DDPA: Estados Unidos, Israel, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Alemanha, Países Baixos e

República Tcheca. Em seu discurso de abertura, o Brasil afirmou *"ausentar-se do processo negociador é render-se à tentação do não-diálogo. É negar-se à mudança. O processo multilateral não pode ser refém de atitudes desta natureza. (...) É inexplicável e inaceitável a ausência de alguns países. Abandonar Durban é desviar-se do longo caminho que trilhamos desde a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Brasil jamais estará ausente de debates e de compromissos em favor do combate à discriminação."* As reações dos países ao discurso do presidente iraniano demonstram que, embora a Conferência de Revisão de Durban tivesse como objetivo a eliminação do racismo, sempre esteve sob a influência de agendas outras agendas, que dizem respeito a realidades de poder e aos interesses dos países.

No entanto, pode-se considerar que a Conferência foi bem sucedida. Logrou aprovar documento final que, conquanto não contemple todas as demandas individuais dos Estados, foi considerado, pelas delegações de forma geral, bastante equilibrado. Teve ainda o mérito de não singularizar nenhum país específico, o que evita a polarização e a seletividade nos debates e ações que visam à eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas correlatas de intolerância. Além disso, apesar das dificuldades de negociação ao longo do processo preparatório e dos debates polarizados, não houve retrocessos em relação ao DDPA, reafirmado no parágrafo 1 do texto final, e foi possível alcançar avanços. A Alta Comissária ressaltou ainda como positivo alguns dos países que haviam se retirado do processo de revisão haverem indicado, posteriormente, apoio ao texto adotado.

Para o Brasil, a Conferência foi exitosa. Além da sua própria realização, em si fato importante para qualquer país com população negra, o documento final abrangeu ainda as prioridades para o País, assim como as principais demandas da América Latina e do Caribe. O texto adotado garante a proteção de afrodescendentes, povos indígenas, migrantes, mulheres, crianças, pessoas portadoras de HIV/AIDS e de deficiência; reconhece a discriminação múltipla ou agravada, reafirma a incompatibilidade

entre democracia e racismo; ressalta a promoção dos direitos à saúde, à educação e outros direitos econômicos, sociais e culturais; ressalta a necessidade da implementação de ações afirmativas, da produção de dados desagregados e de indicadores para medir a desigualdade racial, da participação da sociedade civil e da cooperação internacional.

Recebido em 15/01/2010
Aprovado em 18/01/2010

Resumo: O artigo discute o difícil processo negociador da Conferência de Revisão de Durban de 2009 e o papel do Brasil.

Abstract: The article discusses the difficult negotiating process of the 2009 Durban Review Conference and Brazil's role in it.

Palavras-chave: direitos humanos, racismo, Brasil
Key words: human rights, racism, Brazil

